

Trabalho cooperativo de investigadores surdos e ouvintes

Projetos *Spread the Sign* e *PLACES*

Fernanda Bettencourt (fernanda.bettencourt@gmail.com)

Sara Pinho (sarapixx@hotmail.com)

Sara Sousa (feriguca_25@yahoo.com.br)

Orquídea Coelho (orquídea@fpce.up.pt)

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade do Porto

Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal

Resumo

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância do trabalho em equipa entre tradutores-intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP) e Surdos falantes nativos de LGP, através da apresentação de dois projetos de investigação/intervenção: *Spread the Sign* e *PLACES*, os quais, apesar de distintos, têm como missão proporcionar acessibilidades às pessoas surdas. Nele, exploraremos ainda a forma como os participantes nestes projetos desenvolvem um trabalho de parceria e cooperação, com vista ao alcance das suas principais metas, bem como a especificidade do papel dos Tradutores-Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa nestes processos.

Palavras-chave: Trabalho cooperativo; Tradução de LGP/LP; Falantes nativos de LGP; Acessibilidade.

Introdução

A participação de tradutoras-intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP) em dois projetos de investigação, *Spread the Sign* e *PLACES* (Plataforma de Acessibilidade da Universidade do Porto) desencadeou a reflexão acerca do papel que desempenham estas profissionais no âmbito destes projetos, bem como as relações desenvolvidas com os falantes nativos e docentes de LGP que também ocupam um lugar de destaque em ambos os projetos, muito embora ocupando funções distintas. Deste modo, apresentaremos os dois projetos de forma breve, centrando a nossa atenção

no trabalho que levámos a cabo dentro de cada um deles, enquanto tradutoras-intérpretes, bem como nos desafios com que nos fomos deparando.

Segundo Perlin (2006, p. 136), quanto mais refletimos sobre o trabalho do tradutor-intérprete, melhor compreendemos a complexidade do seu papel, as dimensões e a profundidade da sua ação, uma vez que este é também intérprete «da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas, da identidade e da subjetividade surda». Ao tomarmos consciência do trabalho que as tradutoras-intérpretes de LGP realizam nestes projetos, percebemos a panóplia de papéis, de dimensões e o quão extenso, diverso e complexo poderá ser o seu campo de atuação.

Todo este trabalho foi realizado em colaboração estreita e direta com os falantes nativos de LGP para, da troca de experiências, de culturas e, através da reflexão linguística e metalinguística, resultem projetos de investigação o mais acessíveis possível para as pessoas surdas.

Projeto *Spread the Sign*¹ – desafios da tradução

O *Spread the Sign* é um projeto em 3ª edição que conta atualmente com a participação de equipas compostas por membros surdos e ouvintes, provenientes de 23 países de três continentes: europeu, asiático e americano. O objetivo principal deste projeto é «recolher gestos no âmbito nacional de cada país participante, para constituir um dicionário multilíngue, digital, *on-line*, em várias áreas temáticas, aliando as línguas nacionais e gestuais dos diferentes países envolvidos» (Coelho, 2009, p. 23). A equipa portuguesa é composta maioritariamente por Surdos falantes nativos de LGP e tradutoras-intérpretes de LGP, competindo-lhes, entre outras atividades, «a tradução das listas temáticas de palavras e frases, de inglês para português, correção e alteração de palavras e expressões (...) tradução para LGP, filmagem (...), visualização e validação [dos gestos]» (Coelho, 2009, p. 24).

Quadros (2004, p. 11) considera tradutor-intérprete de Língua Gestual (LG) aquele «que traduz e interpreta a língua [gestual] para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se

¹ *Spread the sign*, Communication in National Sign Language, (3ª edição), Leonardo da Vinci (LLP-LdV/TOI/SE/08/1204), 2012/2015, www.spreadthesign.com.

apresentar (oral ou escrita)». Segundo Filietaz (2008), o trabalho deste profissional² pressupõe mais do que o conhecimento de duas línguas, obrigando-o a ir além da sua fluência, uma vez que são «idiomas gramaticalmente distintos e envolvem modalidades diferenciadas, (...) e conhecer profundamente as especificidades socioculturais de ambas».

A construção deste dicionário multilíngue tem como língua base para introdução de vocábulos o inglês, sendo posteriormente feita a tradução para a língua de cada um dos países membros e depois para as respectivas línguas gestuais. É este o primeiro desafio com que nos deparamos: ter em conta três línguas diferentes – inglês (LI), português (LP) e LGP – e, conseqüentemente, três culturas diferentes. Deste modo, para além da consulta de dicionários em papel ou *on-line*, a pesquisa de imagens e vídeos na *internet* tem-se revelado um recurso muito útil, no esclarecimento de dúvidas em relação a significados.

No entanto, a tradução de palavras, expressões ou frases de LI para LP ou vice-versa (se for a nossa equipa a adicionar novos vocábulos ao dicionário) pode originar alguns obstáculos, nem sempre fáceis de ultrapassar. Por exemplo:

- “It” – a terceira pessoa do singular neutro não existe em LP (dependendo a sua tradução do objeto a que se refere) nem em LGP;
- “Paramedic” – o conceito de “paramédico” varia muito de país para país, estando, em Portugal, associado aos técnicos não médicos de análise e diagnóstico, enquanto, noutros países estará associado ao que nós denominamos “socorrista”.

A modalidade visual-espacial da língua gestual potencia esses obstáculos, pois nelas

estão presentes diferentes elementos linguísticos como expressões não manuais (corpo e face) e a “incorporação” que não se apresentam da mesma forma na modalidade oral-auditiva e que não estão gramaticalmente descritas a ponto de possibilitar uma perfeita aproximação (Santiago, 2012, pp. 37-38).

Exemplo disso será a maioria das conjunções e dos advérbios.

² Frishberg, citado por Tuxi (2009, p. 12) define tradução como respeitante à «tradução de mensagem escrita de uma língua para outra» e interpretação como «o ato de interpretar de forma imediata uma mensagem produzida em uma língua para outra». Considerando que as atividades em análise neste trabalho não têm o imediatismo da interpretação, poderemos considera-las como tradução, logo, doravante designaremos as profissionais como tradutoras.

Freire (2012, p. 122) lembra que o facto de qualquer língua transportar «consigo as marcas culturais do povo que a utiliza, do modo como veem o mundo que os rodeia e de como experienciam as vivências do seu quotidiano» leva a que expressões comuns numa língua possam perder todo o sentido noutra língua «se não conhecermos as referências linguísticas, culturais e sociais que lhes deram origem». O facto de cada país ter sistemas diferentes de divisão territorial, religiosa ou jurídica, bem como as respetivas administrações pode ser um grande desafio para a tradução de algumas palavras, como é o caso de:

- “Parish” – poderá ser traduzido como “paróquia” ou como “freguesia”, que na cultura portuguesa não são a mesma coisa, embora a constituição das segundas tenha tido, na sua maioria, as primeiras como referência;
- “Deputy” – poderá ser traduzido como “deputado” – membro de uma assembleia legislativa, em Portugal – mas será mais provável que signifique “delegado” ou “adjunto”, enquanto um membro de uma assembleia legislativa será “congressman” ou “representative”;
- “Junta de Freguesia” – ao contrário de “parish”, este órgão executivo colegial de cada freguesia, em Portugal, não tem possibilidade de ser confundido com a administração religiosa de uma paróquia, por se tratar de um órgão administrativo cujos membros são eleitos pelos cidadãos e, sendo característico da nossa divisão administrativa, não tem correspondente direto nos países anglófonos.

Por outro lado, na tradução para LGP, deparamo-nos com falta de gestos para muitas palavras que não fazem parte da cultura surda, como:

- “Cerimónia” – apesar de ser uma palavra utilizada com muita frequência, não existe um gesto correspondente em LGP, uma vez que os Surdos, quando mencionam uma cerimónia, identificam o tipo de cerimónia a que se referem (casamento religioso ou civil, batizado, entrega de diploma, etc.)

Outro desafio que nos é apresentado, pelo facto de o dicionário ter uma língua oral como base, é a iconicidade das línguas gestuais, uma vez que a

modalidade visual-gestual proporciona uma fonte mais rica de propriedades icônicas, o que conduz a uma maior transparência dos gestos (quando comparados com as palavras). Esta transparência parece pois revelar a existência de princípios organizativos das línguas que são específicos da modalidade visual-gestual e que não possuem equivalente na modalidade oral (Silva, 2010, p. 116).

Esta é uma questão que se coloca com muita frequência em verbos:

- “Desmoronar” – sendo um verbo bastante visual, a sua tradução para LGP depende daquilo que se desmorona (um prédio, uma ribanceira);
- “Abrir” – um dos verbos mais visuais da LGP, tem praticamente tantas variações quantas os objetos que podem ser abertos (livro, porta comum, porta de deslizar, janela de puxar ou de guilhotina, etc.).

Se o trabalho de tradução de LI para LP, ou vice-versa, é feito pelas tradutoras que também têm domínio da LI, para a tradução de LP para LGP é essencial o trabalho de equipa entre estas e os Surdos falantes nativos de LGP. Se as primeiras têm domínio da LP, que lhes permite traduzir e explicar os conceitos mais difíceis, são os segundos que têm o domínio necessário da LGP para que a cada palavra, expressão ou frase correspondam os gestos corretos. São também estes que, em contacto com a comunidade Surda a que pertencem, levam a que, pouco a pouco, comecem a surgir novos gestos (gesto emergentes) e a tornar visíveis outros que, apesar de já existirem, eram pouco conhecidos. Através desta importante parceria, procura-se minimizar os erros, bem como corrigir alguns que tenham passado despercebidos anteriormente.

Parceria entre os projetos *Spread the Sign* e *PLACES* (Plataforma de Acessibilidade)³

A Plataforma de Acessibilidade foi criada por uma equipa da Universidade do Porto, do programa Acesso da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do Instituto Nacional para a Reabilitação e nasceu da necessidade de sistematizar e difundir práticas de produção de informação acessível, ou

³ A Plataforma de Acessibilidade *PLACES* tem como objetivo contribuir para um *design* que se pretende cada vez mais universal, e contém tutoriais que disponibilizam orientações para a criação de documentos digitais acessíveis nos formatos: *Word* 2010, *PowerPoint* 2010 e *HTML* para utilização na *Web* (http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1011880, consultado a 15/04/2013).

seja, que a informação produzida possa ser acedida por qualquer utilizador, independentemente dos meios que esteja a utilizar ou do contexto em que esteja a aceder.

Correia & Correia (2005, p. 31) apresentam a acessibilidade como um conceito inclusivo que assenta num «conjunto de preocupações, conhecimentos, metodologias e práticas que visam a conceção de espaços, produtos e serviços, utilizáveis com eficácia, segurança e conforto pelo maior número de pessoas possível, independentemente das suas capacidades».

Coelho (2010) considera que há ainda muito a fazer neste domínio, principalmente no que diz respeito à comunidade surda. Tendo em conta esta necessidade, destacamos a acessibilidade auditiva por meio da conversão de textos escritos em LG, «...através de um processo complexo de tradução (...) de documentos texto e/ou áudio em LG» (Correia & Correia, 2005, p.38), com vista a proporcionar as acessibilidades comunicacional – entre surdos e entre surdos e ouvintes, através de uma língua estruturada – e visual, através da legendagem de produções multimédia com uma escrita clara e acessível.

Para desenvolver este trabalho, foi solicitada a colaboração da equipa do Projeto Internacional *Spread the Sign* para realizar a tradução dos filmes elaborados no âmbito do projeto *PLACES*. Apesar de ser a imagem das tradutoras que surge na tela, todo o trabalho desenvolvido até às filmagens é realizado através de uma estreita colaboração entre as estas e docentes Surdos de LGP.

O processo de tradução dos vídeos tutoriais para o *PLACES* requer alguns cuidados e passa por várias etapas até se obter o filme final. Assim, tem início com o acesso ao texto a ser traduzido em simultâneo com a visualização do vídeo e da legendagem. Em seguida, dá-se início ao trabalho colaborativo onde, tradutoras e docentes de LGP constroem a Glosa⁴ de forma a torná-la adequada para o vídeo em questão e o mais acessível possível às pessoas surdas. Terminada esta tarefa, é a vez de praticar a Glosa, por uma tradutora, para se fazerem eventuais ajustes, adequar os gestos e perceber se o tempo de execução dos mesmos coincide com o tempo do vídeo. Por fim, procede-se à filmagem efetiva, na qual uma das tradutoras lê a Glosa e outra a gestualiza. Ao longo de todo o

⁴ Utilizamos o termo Glosa para nos referirmos a um sistema de transcrição da gestualização da interpretação do texto, pela ordem sintática da LG. As palavras estão grafadas em maiúsculas e nomeiam o gesto com o mesmo sentido. Também são transcritas as expressões faciais e tudo o que seja relevante para se perceber o texto.

processo, a participação dos falantes nativos de LGP é ativa e constante, com o objetivo de tornar a tradução o mais clara e fiel possível.

A tradução para o projeto *PLACES* exige das tradutoras de LGP um envolvimento que vai para além do mero ato interpretativo. A atuação destas profissionais inicia-se, como já foi referido, no momento em que se tem acesso aos vídeos com a informação a ser traduzida, o que lhes possibilita planearem a sua tradução, principalmente dos termos menos comuns, fazendo uma pesquisa antecipada e o planeamento de estratégias discursivas, quando não tiverem um correspondente lexical na LGP específico para algum conceito.

De facto, este é um dos desafios mais frequentes, uma vez que há vocabulário muito técnico e que não tem correspondente no léxico gestual, exigindo ao tradutor flexibilidade linguística para realizar expansões e compressões discursivas, para se obter o sentido produzido na língua de origem (Nascimento, 2011). Mais uma vez, é de extrema importância a parceria com os falantes nativos de LGP, para que esta transposição para a LGP seja o mais fiel possível ao texto de origem e as expansões e compressões as mais adequadas.

Uma das técnicas de transcrição poderá ser o recurso à datilologia (uso do alfabeto manual para nomear objetos ou palavras que não existem na LG), quando não existe vocabulário gestual, ainda que seja uma técnica de difícil receção da LG por surdos e ouvintes, uma vez que é de produção rápida. Quando não existe um gesto para determinado conceito usa-se esta estratégia para soletrar palavras da língua oral, funcionando estas soletrações como empréstimos da língua portuguesa (Rosa, 2008). Na tradução dos vídeos, optámos por usar este recurso apenas para nomear menus e separadores.

A modalidade visual-espacial poderá, por um lado, facilitar o ato de tradução e, por outro lado, dificultá-lo ao obrigar as tradutoras a memorizar a localização espacial dos gestos e os conteúdos dos vídeos.

O facto de as Línguas Gestuais se produzirem no espaço permite que se efetue mais rapidamente partes da tradução dos vídeos de origem, tendo em conta a localização dos objetos (por exemplo, se estamos a traduzir um tutorial sobre a formatação de um texto no *Word 2010* e se menciona o separador “Ver”, na barra de menu, apontamos para cima e soletramos V-E-R). Na LG

o estabelecimento dos referentes dá-se pelo posicionamento espacial, pelo apontamento para algum ponto no espaço, pela rotação do tronco ou da cabeça e pela direção do olhar. O não estabelecimento dos referentes ou a sua troca de posições podem comprometer todo o entendimento da sinalização. Já um estabelecimento dos referentes, de forma consistente no espaço, clarifica a mensagem (Pereira, 2010, p. 36).

Esta clarificação é possível, também, devido à «natureza visuo-gestual das línguas gestuais [a qual] permite equacionar novas possibilidades estruturais que não existem (ou existem em menor grau) nas línguas orais» (Silva, 2010, p. 114).

Se, por um lado, isto possibilita «o uso do espaço e a produção simultânea de elementos distintos durante o discurso, por exemplo, o emprego das duas mãos como canais autónomos paralelos, com cada canal a codificar gestos individuais (embora haja limitações)» (Silva, 2010, p. 114), por outro lado acarreta algumas dificuldades no ato tradutório, tais como: memorizar a localização espacial dos objetos referidos no vídeo; memorizar as expressões faciais e corporais adequadas ao contexto; procurar não estar desfasada no tempo, em relação ao texto original.

Todo este trabalho, desde que se elabora a Glosa do texto até que se termina a filmagem de um vídeo com a duração de cerca de um minuto e meio a dois minutos, exige uma colaboração ativa entre tradutoras e docentes de LGP, que se prolonga muitas vezes para além de três horas. Resulta, no entanto, num trabalho de qualidade, fruto de algumas conjugações importantes: trabalho em equipa com os falantes nativos da LGP; preparação das gravações e investigação de diferentes opções de tradução.

Conclusão

O envolvimento e participação nestes dois projetos de investigação permitiu-nos, por um lado, descortinar diferentes papéis do tradutor-intérprete de LGP e, por outro lado, realçar a importância da partilha de conhecimentos e competências, no trabalho de equipa nestes contextos.

O contato com elementos da comunidade surda, falantes nativos da língua que se torna veículo de acesso à informação, e a colaboração de ambas as partes nestes projetos proporcionou-nos múltiplas aprendizagens, quer ao nível do léxico gestual quer dos conhecimentos sobre esta comunidade. A reflexão mútua sobre ambas as línguas, o alargamento de vocabulário e o conhecimento dos

diferentes contextos da sua aplicação, proporcionou-nos ainda uma experiência rica que pode ser aproveitada para a nossa prática profissional, sobretudo em escolas com alunos surdos, onde a maioria das tradutoras-intérpretes de LGP desenvolve o seu trabalho.

Referências bibliográficas

- COELHO, O. Direitos linguísticos, acessibilidade e cidadania – Spread the Sign e Profacity. *Revista Diversidades*, Funchal, v. 7, n. 25, p. 22-25, 2009.
- COELHO, O. Acessibilidades, desenho universal e políticas públicas. In: COELHO, O. (Org.) *Um copo vazio está cheio de ar: Assim é a surdez*. Oliveira de Azeméis: LivPsic, 2010. p. 87-90.
- CORREIA, S. & CORREIA, P. “Acessibilidade e desenho universal.” In *Actas do Encontro Internacional Educação Especial: Diferenciação, do conceito à prática*. p.31-52. ESE Paula Frassinetti. Porto: Edições Gailivro, S.A., 2005.
- FILIETAZ, M. Atuação do tradutor e intérprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa no IES. Disponível em www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/arquivos/palestra_mesa_03_01.pdf. Acesso em 16 de abr. de 2013.
- FREIRE, M. A tradução e interpretação de provérbios e expressões idiomáticas em língua gestual – equivalentes linguísticos e culturais. *Exedra: Revista Científica ESEC*, Coimbra, número temático, p. 121-128, 2012.
- NASCIMENTO, M. *Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do género jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos*. 2011. 143 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- PEREIRA, M. Intérpretes de língua de sinais e a proficiência linguística em Libras: a visão dos potenciais avaliadores. *Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores*, São Paulo, n. 20, p. 27-46, 2010.
- PERLIN, G. A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais. *ETD – Educação temática digital*. Campinas, v. 7, nº 2, 136-147, 2006.
- QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004

ROSA, A. *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008. 199 f. (Coleção Cultura e Diversidade)

SANTIAGO, V. Português e Libras em diálogo: Os procedimentos de tradução e o campo do sentido. In: Albres, N. & Santiago, V. (Org) *Libras em estudo: tradução/interpretação*. São Paulo: FENEIS, 2012. p. 35-55.

SILVA, R. Língua Gestual e Bilinguismo na Educação da Criança Surda. In: COELHO, O. (Org.) *Um copo vazio está cheio de ar. Assim é a surdez*. Oliveira de Azeméis: LivPsic, 2010. p. 101-145.

TUXI, Patrícia. A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental. Dissertação de Mestrado (não publicada). Brasília: Universidade de Brasília; Faculdade de Educação, 2009

Referências Webgráficas

http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1011880, consultado a 15/04/2013